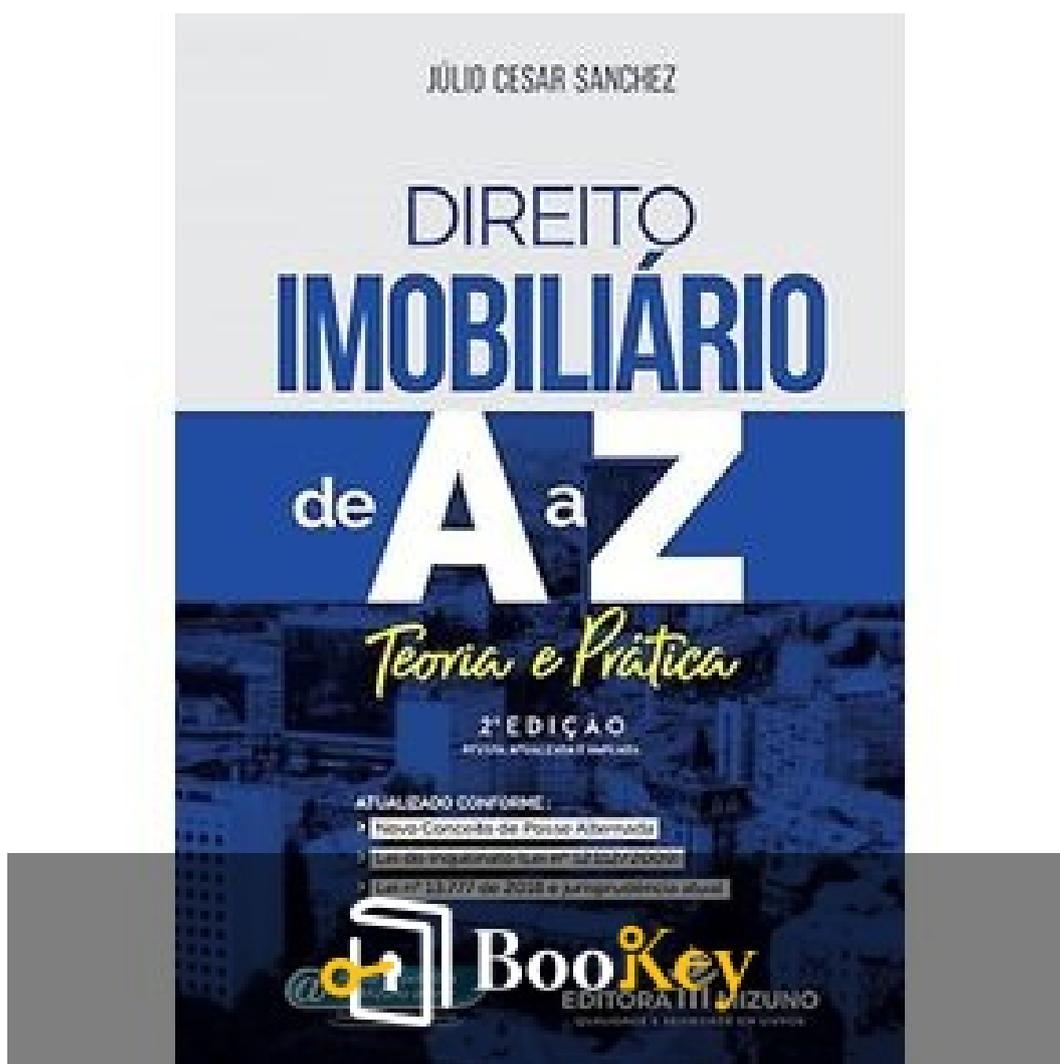


# Direito Imobiliário De A A Z PDF

JULIO CESAR SANCHEZ



Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

# Sobre o livro

## Descrição do Produto

Este livro foi cuidadosamente elaborado para servir como um manual essencial para profissionais do Direito que atuam nas áreas imobiliária e registral. A obra integra a teoria e a prática de forma didática e objetiva, facilitando a compreensão dos temas abordados.

Nela, você encontrará modelos de documentos cruciais como petições iniciais, contestações e orientações passo a passo, que, se tratados de maneira aprofundada, poderiam gerar volumes inteiros, devido à complexidade de cada tópico. No cenário atual, o Direito Imobiliário e Registral se destaca como um dos setores mais promissores devido ao crescimento do mercado imobiliário e das transações comerciais. Afinal, todos nós precisamos de um lugar para viver e trabalhar.

Neste contexto, leitor, este livro pode ser um verdadeiro diferencial na sua trajetória profissional, seja como especialista ou como um componente importante da atuação do seu escritório. A proposta é oferecer um conteúdo mais sucinto, que aborde os aspectos mais relevantes e atuais, promovendo uma aplicação prática no cotidiano forense.

Este material foi idealizado para atender a três públicos distintos: primeiramente, para estudantes de graduação e pós-graduação em Direito;

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

em segundo lugar, para candidatos a concursos públicos, ajudando na compreensão da teoria necessária para as áreas da magistratura e dos cartórios; por fim, destina-se aos profissionais já atuantes, como advogados, escreventes, corretores, investidores e síndicos.

Desejo uma excelente leitura!

Conteúdos abordados:

- Lei do Inquilinato (Lei nº 12.112/2009)
- Lei nº 13.777 de 2018 e jurisprudência atual

Autor: Júlio Cesar Sanchez

Edição: 2

Ano de publicação: 2021

Número de páginas: 685

Acabamento: Brochura

Dimensões: 16x23 cm

ISBN: 9786555261875

Aproveite e faça parte dessa nova fase em sua carreira!

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

# Por que usar o aplicativo Bookey é melhor do que ler PDF?



Teste gratuito com Bookey



Ad



# Experimente o aplicativo Bookey para ler mais de 1000 resumos dos melhores livros do mundo

Desbloqueie **1000+** títulos, **80+** tópicos

Novos títulos adicionados toda semana

Product & Brand

Liderança & Colaboração

Gerenciamento de Tempo

Relacionamento & Comunicação

Estratégia de Negócios

Criatividade

Memórias

Conheça a Si Mesmo

Psicologia

Empreendedorismo

História Mundial

Comunicação entre Pais e Filhos

Autocuidado

Mi

## Visões dos melhores livros do mundo

amento  
pos

Os 7 Hábitos das  
Pessoas Altamente  
Eficazes



Mini Hábitos



Hábitos Atômicos



O Clube das 5  
da Manhã



Como Fazer Amigos  
e Influenciar  
Pessoas



Com  
Não

Teste gratuito com Bookey





# Por que o Bookey é um aplicativo indispensável para amantes de livros



## Conteúdo de 30min

Quanto mais profunda e clara for a interpretação que fornecemos, melhor será sua compreensão de cada título.



## Clipes de Ideias de 3min

Impulsione seu progresso.



## Questionário

Verifique se você dominou o que acabou de aprender.



## E mais

Várias fontes, Caminhos em andamento, Coleções...

Teste gratuito com Bookey





# As melhores ideias do mundo desbloqueiam seu potencial

Essai gratuit avec Bookey



Digitalizar para baixar

# Direito Imobiliário De A A Z Resumo

Escrito por IdeaClips

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

# Quem deve ler este livro **Direito Imobiliário De A A Z**

O livro "DIREITO IMOBILIÁRIO DE A A Z" por Julio Cesar Sanchez é uma leitura essencial para profissionais do setor imobiliário, incluindo advogados, corretores de imóveis e consultores, que buscam aprofundar seus conhecimentos sobre as nuances legais desse campo. Além disso, estudantes de direito e áreas relacionadas encontrarão uma rica fonte de referência para entender a complexidade do direito imobiliário no Brasil. O conteúdo acessível e abrangente torna a obra também válida para proprietários e investidores que desejam se familiarizar com seus direitos e obrigações neste mercado em constante evolução.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

# Principais insights de Direito Imobiliário De A Z em formato de tabela

Tema	Descrição
Introdução ao Direito Imobiliário	Apresentação dos conceitos fundamentais e a importância do direito imobiliário nas relações sociais.
Conceito de Imóvel	Definição e tipos de imóveis: imóveis urbanos, rurais, móveis e suas características.
Propriedade	Estudo sobre a posse e propriedade, direitos do proprietário e limitações.
Registro de Imóveis	Função do registro, sua importância e consequências da falta de registro.
Contratos Imobiliários	Principais contratos no direito imobiliário, como compra e venda, locação, troca.
Usucapião	Conceito, requisitos e tipos de usucapião, como forma de aquisição de propriedade.
Direitos Reais	Análise dos direitos reais sobre imóveis, como usufruto, hipoteca e servidão.
Locação de Imóveis	Regulamentação da locação, direitos e deveres de locador e locatário.
Garantias de Locação	Estudo das garantias que podem ser exigidas nas locações.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

<b>Tema</b>	<b>Descrição</b>
Condomínios	Aspectos jurídicos dos condomínios, administração e regras de convivência.
Aspectos Tributários	Impostos relacionados ao direito imobiliário, como IPTU e ITBI.
Mercado Imobiliário	Panorama do mercado, suas dinâmicas e impactos econômicos.
Legislação Imobiliária	Revisão das principais leis que regulam o setor imobiliário no Brasil.
Conclusão	Reflexões finais sobre a importância do direito imobiliário na estrutura social.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

# Direito Imobiliário De A A Z Lista de capítulos resumidos

1. Introdução ao Direito Imobiliário e sua Importância na Sociedade
2. Os Princípios Fundamentais do Direito Imobiliário Brasileiro
3. Aspectos Jurídicos da Compra e Venda de Imóveis
4. Contratos e Instrumentos Jurídicos no Setor Imobiliário
5. Registro de Imóveis: Processo e Importância para a Segurança Jurídica
6. Desafios e Perspectivas do Direito Imobiliário na Atualidade

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

# 1. Introdução ao Direito Imobiliário e sua Importância na Sociedade

O Direito Imobiliário é uma das áreas mais relevantes do direito civil, focando na regulamentação das relações que envolvem a propriedade e a utilização dos bens imóveis. Sua importância se destaca em diversos aspectos da vida cotidiana, uma vez que a propriedade imobiliária é um dos principais ativos da sociedade e um elemento central na economia.

No contexto brasileiro, o Direito Imobiliário não somente rege a compra e venda de imóveis, mas também abrange locações, doações, heranças e questões possessórias que são fundamentais para a organização social e a estabilidade econômica. A regularização da propriedade imobiliária é vital para garantir a segurança jurídica, uma vez que assegura o direito de propriedade, prevenindo conflitos e litígios.

A crescente urbanização e o desenvolvimento de grandes centros urbanos no Brasil evidenciam a necessidade de uma legislação sólida e clara que possa prevenir problemas relacionados à posse, uso e especulação imobiliária. Uma sociedade sem regras claras sobre a propriedade poderia entrar em um estado de caos em relação à moradia, à segurança e à gestão urbana.

Além disso, o direito imobiliário exerce um papel social significativo, visto que a habitação é um direito fundamental garantido pela Constituição



Brasileira. A falta de um marco regulatório adequado pode resultar em injustiças sociais, especialmente em áreas vulneráveis, o que se traduz em ocupações irregulares e em condições precárias de moradia. Por isso, o Direito Imobiliário deve ser compreendido como uma ferramenta não só de proteção dos direitos dos proprietários, mas também como um instrumento que busca garantir o acesso à moradia digna.

Por fim, a importância do Direito Imobiliário na sociedade é ampliada por seu impacto na economia. O mercado imobiliário é fundamental para o desenvolvimento econômico, gerando empregos e movimentando diversos setores da indústria. Investimentos em imóveis atraem capital, fomentam a construção civil e estimulam o consumo, refletindo diretamente na qualidade de vida da população. Assim, compreender os fundamentos e as nuances do Direito Imobiliário é essencial para qualquer indivíduo ou profissional que busca atuar de forma consciente e responsável no setor imobiliário, contribuindo para uma sociedade mais justa e equilibrada.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

## 2. Os Princípios Fundamentais do Direito Imobiliário Brasileiro

Os princípios fundamentais do Direito Imobiliário brasileiro são pilares que sustentam a arquitetura jurídica desse ramo do direito, refletindo a importância da propriedade e da posse na dinâmica social e econômica do país. Entre esses princípios, destaca-se o da função social da propriedade, que estabelece que a propriedade deve ser utilizada de maneira a atender aos interesses da coletividade e não apenas de seu proprietário. Esse conceito é consagrado pela Constituição Federal e implica que, ao exercer seu direito de propriedade, o proprietário deve considerar o impacto de suas ações no bem-estar da sociedade, promovendo um equilíbrio entre os interesses individuais e coletivos.

Outro princípio essencial é o da segurança jurídica, que se refere à garantia de proteção dos direitos dos proprietários e possuidores de bens imóveis. Esse princípio é fundamental para que as relações imobiliárias sejam estáveis e previsíveis, permitindo que cidadãos e investidores possam realizar transações com confiança e assegurando que os direitos adquiridos sejam respeitados e protegidos pelo ordenamento jurídico.

A certeza da titularidade e o respeito ao direito de propriedade também são considerados princípios fundamentais do Direito Imobiliário brasileiro. O Estado deve garantir que as relações de propriedade sejam claramente



definidas e que os registros e documentos que comprovam a titularidade sejam acessíveis e, primordialmente, seguros. Isso se alinha ao direito de defesa, assegurando que todos tenham a oportunidade de contestar e resolver disputas sobre a propriedade de imóveis de maneira justa e eficaz.

Os princípios da função social, segurança jurídica e proteção à propriedade se inter-relacionam e sustentam a dinâmica do mercado imobiliário no Brasil, criando um ambiente onde as transações imobiliárias possam ocorrer de maneira justa e eficiente. A observância desses princípios é crucial para a promoção do desenvolvimento urbano sustentável, que busca não apenas a expansão das cidades, mas também a inclusão social e a justiça econômica.

Além disso, a transparência nas relações contratuais e a clareza nas normas que regem o mercado imobiliário são indispensáveis para que as partes envolvidas se sintam seguras em suas transações. O respeito a esses princípios forma a base para a confiança mútua entre compradores, vendedores, locadores e inquilinos, fundamental em um contexto onde os direitos das partes precisam ser preservados e respeitados.

Por fim, é importante ressaltar que esses princípios devem ser adaptados e mantidos em constante evolução, especialmente considerando as mudanças sociais, tecnológicas e econômicas que impactam o setor imobiliário. Dessa forma, o Direito Imobiliário brasileiro deve sempre buscar um equilíbrio



entre a proteção dos direitos individuais e o atendimento às necessidades coletivas, exatamente como prevê a função social da propriedade.

**Mais livros gratuitos no Bookey**



Digitalizar para baixar

### 3. Aspectos Jurídicos da Compra e Venda de Imóveis

A compra e venda de imóveis é uma das operações mais complexas do Direito Imobiliário, repercutindo diretamente na esfera patrimonial e na segurança das transações. Para que esse tipo de contrato tenha validade jurídica, é necessário observar uma série de aspectos legais que garantem não apenas a eficácia do negócio jurídico, mas também a proteção dos direitos das partes envolvidas.

Primeiramente, destaca-se a natureza do contrato de compra e venda, que é um contrato bilateral, oneroso e consensual. Com isso, ambas as partes assumem obrigações que devem ser cumpridas: o vendedor se compromete a transferir a propriedade do imóvel e o comprador a pagar o preço ajustado. A formalização desse acordo é crucial, pois a simples concordância verbal não é suficiente para garantir a segurança jurídica da transação.

Em relação à forma, a legislação brasileira exige que a compra e venda de imóveis seja realizada por escritura pública quando se trata de bens imóveis cujo valor supere trinta salários mínimos, conforme prevê o Código Civil. A escritura deve ser lavrada em cartório de notas, onde as partes comparecem e exprimem sua vontade. Este procedimento tem como objetivo garantir não apenas a autenticação da vontade das partes, mas também criar um documento que possa ser apresentado para o registro.



O registro do imóvel é outro aspecto crítico e deve ser realizado no cartório de registro de imóveis da comarca onde o bem está localizado. O registro é essencial para a eficácia do ato, pois apenas após o seu registro é que o comprador se torna o legítimo proprietário do imóvel frente a terceiros. Assim, o registro público tem um papel importante na publicidade da propriedade, prevenindo litígios futuros e assegurando a segurança jurídica da aquisição.

A verificação da regularidade documental é outro ponto imperativo na compra e venda. Antes de formalizar a transação, é fundamental que o comprador realize uma diligência para confirmar que o imóvel está livre de ônus, como hipotecas ou pendências judiciais, e que o vendedor possui o título de propriedade e a capacidade para vender. Essa análise minuciosa previne surpresas desagradáveis e garante que o negócio ocorra dentro da legalidade e da transparência, protegendo os interesses das partes.

Outro elemento essencial da compra e venda de imóveis é a cláusula resolutiva, que pode ser prevista no contrato para o caso de descumprimento de obrigações por uma das partes. Essa previsão cria uma segurança a mais para os contratantes, pois permite a resolução do contrato de maneira mais ágil caso haja inadimplemento.



Finalmente, é importante ressaltar que o direito do consumidor também se aplica ao mercado imobiliário. Isso significa que o comprador deve ser tratado de forma justa e informada sobre todas as condições do imóvel e do contrato, em conformidade com as diretrizes do Código de Defesa do Consumidor. Assim, as práticas de venda devem ser transparentes, evitando fraudes e garantias enganosas.

Em suma, os aspectos jurídicos da compra e venda de imóveis são regidos por um conjunto de normas que visam assegurar a segurança e a legalidade das transações. O cumprimento rigoroso dessas normas é fundamental para a proteção dos direitos das partes e para a manutenção da ordem nas relações imobiliárias.

**Mais livros gratuitos no Bookey**



Digitalizar para baixar

## 4. Contratos e Instrumentos Jurídicos no Setor Imobiliário

Os contratos e instrumentos jurídicos são fundamentais no setor imobiliário, uma vez que a segurança e a clareza nas transações são essenciais para garantir a legalidade e a proteção dos direitos dos envolvidos. O Direito Imobiliário brasileiro envolve diversas formas contratuais, cada uma com suas especificidades e requisitos legais, que asseguram o cumprimento das obrigações entre as partes.

Um dos contratos mais comuns é a escritura pública de compra e venda, que deve ser celebrada quando os imóveis têm valor superior a 30 salários mínimos. A escritura é um documento solene, lavrado em cartório, que comprova a transferência da propriedade e deve ser registrada no Cartório de Registro de Imóveis para produzir efeitos perante terceiros. Além disso, a lei exige que a escritura contenha informações essenciais, como a qualificação das partes, a descrição do imóvel e o valor da transação.

Outro contrato relevante é o contrato de promessa de compra e venda, que é um compromisso entre as partes para que, em um futuro próximo, a venda seja efetivada. Esse tipo de acordo é particularmente útil em negociações que envolvem parcelamento de preço ou construção de imóvel. É essencial que esse contrato também seja formalizado por escrito, preferencialmente com a assistência de um advogado, para que estejam claras as condições,



obrigações e prazos estabelecidos entre as partes.

No setor de locação, o contrato de aluguel é um dos instrumentos jurídicos mais utilizados. A Lei do Inquilinato (Lei nº 8.245/1991) regula as relações entre locadores e locatários, determinando direitos e deveres de ambas as partes, além de prever cláusulas padrão que podem ser ajustadas conforme a negociação realizada. A formalização do contrato de locação é crucial para evitar conflitos futuros e garantir a segurança jurídica necessária a ambas as partes.

Além desses, existem outros instrumentos importantes, como a obra por empreitada, o mandato e a sociedade, que também têm aplicação no mercado imobiliário. O contrato de adesão é uma modalidade que, embora mais comum em outros setores, pode ser aplicada na incorporação imobiliária, onde o incorporador disponibiliza um contrato padrão para os compradores, que, muitas vezes, não têm poder de negociação sobre as condições.

A clareza e a formalidade na elaboração dos contratos são indispensáveis, uma vez que, em caso de litígios, a documentação será crucial para a resolução das disputas. A utilização de instrumentos como o registro de imóveis, por exemplo, proporciona segurança jurídica ao garantir que as transações sejam publicamente reconhecidas, evitando fraudes e disputas de propriedade.



Portanto, a compreensão dos diversos contratos e instrumentos jurídicos disponíveis no setor imobiliário é essencial para a atuação segura e eficaz tanto de profissionais do Direito como de indivíduos que desejam realizar transações imobiliárias. O conhecimento profundo sobre as nuances contratuais e as exigências legais é a chave para garantir a proteção dos interesses das partes envolvidas.

**Mais livros gratuitos no Bookey**



Digitalizar para baixar

## 5. Registro de Imóveis: Processo e Importância para a Segurança Jurídica

O registro de imóveis é um dos pilares fundamentais do Direito Imobiliário, desempenhando um papel crucial na garantia da segurança jurídica das transações imobiliárias. Este processo, regulamentado pela Lei de Registros Públicos, consiste na formalização e publicidade dos atos relacionados aos bens imóveis, como compra, venda, doação, hipoteca e usucapião, entre outros.

Ao registrar um imóvel, a pessoa assegura a sua propriedade e os direitos sobre ele. O registro proporciona uma maior segurança às partes envolvidas em uma negociação, pois, ao acessar o registro, qualquer interessado pode obter informações sobre o status do imóvel, suas características, eventuais ônus e a titularidade atual. Isso evita fraudes, disputas e litígios que podem surgir em virtude de transações não formalizadas ou mal conduzidas.

O processo de registro de imóveis inicia-se com a apresentação da documentação necessária no cartório competente, onde o oficial de registro fará uma análise metódica para garantir a regularidade da transação. É imprescindível que todos os documentos estejam corretos e em conformidade com a legislação vigente, pois quaisquer irregularidades podem impedir o registro e, conseqüentemente, a garantia dos direitos de propriedade.



Além disso, o registro serve também como meio de publicização das informações, permitindo que a sociedade conheça os direitos e deveres que gravitam em torno de um determinado bem. Essa transparência reduz os riscos associados a negócios jurídicos e fomenta a confiança no mercado imobiliário, essencial para o desenvolvimento econômico.

Outra importante função do registro de imóveis é a proteção do comprador em relação a terceiros. Ao registrar a escritura de compra e venda, o novo proprietário adquire a segurança de que seu direito é oponível a terceiros, ou seja, ninguém poderá alegar a posse ou a propriedade do imóvel sem ter feito a devida averbação. Assim, o registro é imprescindível na defesa de direitos, especialmente em um cenário no qual a litigiosidade é recorrente.

Por fim, a relevância do registro de imóveis para a segurança jurídica se manifesta na possibilidade de promover uma cadeia de confiança nas relações imobiliárias e, conseqüentemente, no crescimento do mercado. Em um ambiente econômico onde o investimento e o financiamento são constantes, a certeza acerca da propriedade dos bens se mostra como um elemento central para estabilidade e atração de novos investimentos.

Portanto, o registro de imóveis transcende sua função meramente burocrática, se configurando como um instrumento de segurança, garantias e

**Mais livros gratuitos no Bookey**



Digitalizar para baixar

fomento à economia, sendo essencial para a manutenção da ordem jurídica e a proteção dos direitos patrimoniais na sociedade.

**Mais livros gratuitos no Bookey**



Digitalizar para baixar

## 6. Desafios e Perspectivas do Direito Imobiliário na Atualidade

O Direito Imobiliário enfrenta uma realidade multifacetada no contexto contemporâneo, marcada por desafios substanciais que demandam adaptações contínuas e inovação nas normas e práticas. Um dos principais desafios é a evolução tecnológica, que impacta diretamente a forma como os imóveis são negociados e registrados. O advento de plataformas digitais para compra e venda de imóveis e a possibilidade de contratos eletrônicos exigem que o ordenamento jurídico se atualize, proporcionando segurança nas transações e reconhecendo a validade legal desses novos instrumentos.

Adicionalmente, a questão da regularização fundiária tem ganhado destaque. Em um país como o Brasil, onde a vasta quantidade de terras urbanas e rurais carecem de regularização, o Direito Imobiliário deve atuar de forma a conciliar o interesse público com os direitos dos proprietários. Essa é uma tarefa delicada, que requer a participação de diversas esferas do governo e da sociedade para garantir que a urbanização ocorra de maneira ordenada e justa, prevenindo a formação de áreas de risco e promovendo a inclusão social.

Outro ponto crítico diz respeito ao financiamento imobiliário. Com as oscilações da economia e as altas taxas de juros, muitos brasileiros enfrentam dificuldades para concretizar o sonho da casa própria. O Direito



Imobiliário, portanto, precisa se adaptar a essas condições, promovendo soluções financeiras que sejam viáveis e seguras. A utilização de alternativas como o consórcio, a criação de políticas de incentivo e a revisão de normas que regem as garantias mobiliárias são algumas das medidas que podem ser adotadas para facilitar o acesso ao crédito imobiliário.

A sustentabilidade também se apresenta como um desafio e uma perspectiva promissora. O crescimento das discussões sobre construção sustentável e os impactos ambientais associados aos empreendimentos imobiliários exigem que o Direito Imobiliário incorpore princípios ecológicos em sua prática. A regulamentação de edificações verdes e a promoção de projetos que respeitem as normas ambientais são tendências que devem ser cada vez mais incentivadas.

Além disso, a crise de representatividade no sistema político e as questões relacionadas à insegurança jurídica refletem diretamente sobre o setor imobiliário. A complexidade da legislação e as divergências interpretativas podem desestimular investimentos. Assim, o desafio é criar um ambiente regulatório claro e estável, que proteja os direitos dos investidores e proprietários, e que ao mesmo tempo promova a justiça social e a segurança dos cidadãos.

Em suma, as perspectivas para o Direito Imobiliário na atualidade estão



ligadas à capacidade de se adaptar à inovação tecnológica, de lidar com a regularização fundiária, de facilitar o acesso a financiamento, de incorporar princípios de sustentabilidade e de garantir um ambiente jurídico seguro e confiável. O futuro do setor depende da colaboração entre legisladores, juristas, empresários e a comunidade, de modo a criar um sistema que atenda às necessidades sociais contemporâneas, propiciando um desenvolvimento urbano equilibrado e sustentável.

**Mais livros gratuitos no Bookey**



Digitalizar para baixar

# 5 citações chave de Direito Imobiliário De A A Z

1. O direito imobiliário é um campo que envolve tanto a proteção dos direitos de propriedade quanto a regulação das relações entre os envolvidos na transação imobiliária.
2. A análise e interpretação dos contratos imobiliários são fundamentais para evitar litígios futuros e garantir a segurança jurídica das partes.
3. A locação de bens imóveis exige atenção especial às disposições legais e contratuais, visando sempre garantir a equidade entre locador e locatário.
4. A regularização fundiária é um tema essencial no Brasil, refletindo a necessidade de acesso à moradia digna e à urbanização de áreas informais.
5. O direito imobiliário não se limita apenas aos aspectos legais; é também uma ferramenta de promoção do desenvolvimento social e urbano.





Digitalizar para baixar



# Bookey APP

Mais de 1000 resumos de livros para fortalecer sua mente

Mais de 1M de citações para motivar sua alma

## Clipes de ideias de 3 minutos

Acelere seu progresso



### Evitar Críticas em Relacionamentos Interpessoais

Criticar os outros apenas provoca resistência e prejudica a autoestima deles, despertando ressentimento ao invés de resolver problemas. Lembre-se de que qualquer tolo pode criticar, mas é preciso caráter e autocontrole para ser compreensivo e perdoar.

Exemplo(s) ▶

Como Fazer Amigos e Influenciar Pessoas



## Mantenha a Sequência

Desafio de crescimento de 21 dias

### Desafio de Crescimento Pessoal de 21 Dias

Meta diária: 0/5 min

Lêla ou ouça para atingir sua meta

1	2	3	4	5
6	7	8	9	10
11	12	13	14	15
16	17	18	19	20

**DIA 21**

Obter recompensa do desafio



0 vezes

Você completou



Descobrir

Biblioteca

Eu

## Escolha sua área de foco

### Quais são seus objetivos de leitura?

Escolha de 1 a 3 objetivos

Ser uma pessoa eficaz

Ser um pai melhor

Ser feliz

Melhorar habilidades sociais

Abrir a mente com novos conheci...

Ganhar mais dinheiro

Ser saudável

Continuar